

[Handwritten signature]

ACTA DE REUNIÃO DE PROCEDIMENTO CONCURSAL Data: 2016/03/30

Acta n.º 03/RH//2016

Hora: 15h00

Procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de técnico superior (Licenciatura em Direito, Gestão ou Economia), do mapa de pessoal dos Serviços Sociais da Polícia de Segurança Pública.

Área: Administração e Finanças

N.º de Vagas:1

Publicado:

Aviso n.º 2987/2016, publicado no DR, 2.ª Série - N.º 46 - 07 de Março de 2016
BEP - OE201603/0097

Júri:

Presidente - Rita Margarida Cardoso Vieira, Chefe de Área de Administração e Finanças, dos SSPSP;
1.º Vogal Efetivo - Elsa Cristina Correia Martins Técnico Superior do Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão dos SSPSP;
2.º Vogal Efetivo - Maria do Carmo Almeida Cruz, Técnica Superior da Secção de Recursos Humanos da Área de Administração e Finanças dos SSPSP.

1. Apreciação das candidaturas

Em cumprimento do disposto no n.º artigo 29.º, da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, o júri procedeu à verificação dos requisitos gerais e específicos dos candidatos, de acordo com os previamente definidos nos pontos 9.3 e 9.4 do aviso de abertura.

Concluída aquela verificação o júri deliberou, por unanimidade, o seguinte:

- a) Admitir para aplicação do primeiro método de selecção os candidatos assinalados com "admitido", no anexo único a esta ata;
- b) Excluir deste procedimento os candidatos assinalados com "excluídos", no anexo único a esta ata e pelos motivos nele indicado;
- c) Proceder à audiência prévia dos candidatos excluídos;

2. Notificação da presente deliberação


A notificação desta deliberação aos candidatos será feita para o endereço electrónico declarado pelos candidatos no formulário de candidatura ou, na ausência de declaração de endereço electrónico, por ofício registado com aviso de recepção.

3. Audiência escrita dos interessados

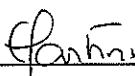
Mais deliberou o Júri promover a notificação de todos os candidatos a excluir, de acordo com o meio de notificação previsto na alínea a) do n.º1 artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, de acordo com o disposto no artigo 29.º, n.º 3 e nos artigos 30.º e 31.º do mesmo diploma legal e do CPA, para, no âmbito do exercício do direito de participação dos interessados e no prazo de 10 dias úteis dizerem, querendo, o que lhes oferecer.

Nos termos do artigo 122.º do CPA, em conjugação com os n.ºs 5 e 6 do artigo 31.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, a audiência dos interessados é escrita, de representação obrigatória em formulário próprio, sob pena de arquivo limiar, a entregar presencialmente ou enviar para a morada, por correio registado com aviso de recepção, dirigido ao Presidente do Júri e com a indicação expressa da referência do procedimento concursal a que se refere a pronúncia, na parte exterior do envelope.


E nada mais havendo a tratar o júri deu por encerrada a reunião, lavrando a presente ata que vai assinada nos termos legais.



Presidente do Júri



1.º Vogal Efetivo



2.º Vogal Efetivo



Anexo Único

Projeto de Lista de candidatos admitidos e excluídos

N.º de candidato	Nome	Deliberação do Júri	Fundamento Legal
1	ALGERINA SONIA MENESES BAPTISTA SOUSA	EXCLUÍDO	a)
2	JOSE MANUEL DA SILVA GRACIO	EXCLUÍDO	b)
3	ROSA MARIA PEREIRA MARTINS	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão
4	TERESA MARIA PINTO MONTEIRO ALMEIDA MENDES	EXCLUÍDO	b)
5	ALBANO JOSE DA COSTA AZEVEDO	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão
6	MARIA IRENE CARVALHO DIAS	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão
7	MARILIA MARTINS FIDALGO	EXCLUÍDO	b)
8	ANA SOFIA SEQUEIRA MESQUITA MARQUES	EXCLUÍDO	b)
9	DANIEL FONTAN DA SILVA VARGAS	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão
10	SONIA MARISA BRANQUINHO PEIXOTO QUARESMA CABRAL FIDALGO	EXCLUÍDO	c)
11	MARIA DE FATIMA NEVES PINTO	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão
12	CRISTINA MARIA DA ROSA BISPO	EXCLUÍDO	b)
13	ANASTACIO JOSE MARTINS LOPES	ADMITIDO	Por cumprir os requisitos gerais de admissão



Legenda dos motivos de exclusão:

- a) Não detém Licenciatura conforme designado no ponto 7.2. do Aviso de Abertura;
- b) Não detentor de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente estabelecida;
- c) Não tendo estes Serviços solicitado parecer prévio favorável aos Membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e Administração Pública, são excluídos os trabalhadores das administrações regionais e autárquicas, por força do disposto no n.º 1 do artigo 47.º e no n.º 2 do artigo 50.º da Lei n.º 82 -B/2014, de 31 de dezembro.